

**Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente**

**Despacho (extracto) n.º 17 374/2000 (2.ª série).** — Por despacho de 3 de Agosto de 2000 do vice-presidente do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente:

Alberto Dias Teixeira, da carreira de porta-miras, escalão 1, índice 115, do grupo de pessoal operário semiqualeficado do quadro de pessoal deste Instituto — reclassificado na carreira de fiscal de obras, escalão 1, índice 140, do grupo de pessoal auxiliar do mesmo quadro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2000. — O Vice-Presidente, *José Luís Teixeira*.

**Despacho (extracto) n.º 17 375/2000 (2.ª série).** — Por despacho de 3 de Agosto de 2000 do vice-presidente do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente:

Ana Cristina dos Reis Lopes Galamba, técnica de 2.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal deste Instituto — nomeada, precedendo concurso, técnica de 1.ª classe da mesma carreira e quadro, considerando-se automaticamente exonerada a partir da data da aceitação. A presente nomeação produz efeitos a 14 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2000. — O Vice-Presidente, *José Luís Teixeira*.

**Despacho (extracto) n.º 17 376/2000 (2.ª série).** — Por despacho de 3 de Agosto de 2000 do vice-presidente do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente:

Luísa Margarida Brancal Silva Bulha e Maria Emília Pereira de Sampaio Pinho, técnicas superiores de 1.ª classe da carreira técnica superior de informática do quadro de pessoal deste Instituto — nomeadas, precedendo concurso, técnicas superiores principais da mesma carreira e quadro, considerando-se automaticamente exoneradas a partir da data da aceitação. A presente nomeação produz efeitos a 18 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2000. — O Vice-Presidente, *José Luís Teixeira*.

**Laboratório Nacional de Investigação Veterinária**

**Despacho n.º 17 377/2000 (2.ª série).** — Por despacho de 24 de Junho de 2000 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas é autorizada a celebração dos contratos de trabalho a termo certo, em regime de tempo parcial, entre este organismo e os trabalhadores a seguir indicados, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de Abril, mediante o pagamento da remuneração encontrada pela aplicação da fórmula constante do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, referenciada ao vencimento mensal que auferem no organismo de origem. Estes contratos produzem os seus efeitos à data do despacho e têm a duração de cinco anos:

Mário João Rodrigues Dias.  
João Miguel Gouveia Franco.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2000. — A Subdirectora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Gabinete do Ministro**

**Despacho n.º 17 378/2000 (2.ª série).** — 1 — Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 141/93, de 26 de Abril, e na Portaria n.º 79-B/94, de 4 de Fevereiro, ao abrigo do n.º 2 da Portaria n.º 721/95, de 6 de Julho, é nomeada para o cargo de coordenadora-adjunta do Centro de Área Educativa da Cidade de Lisboa da Direcção Regional de Educação de Lisboa, equiparado para efeitos remuneratórios a chefe de divisão, a licenciada Maria da Graça Gonçalves, professora do quadro de nomeação definitiva da Escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico n.º 1 de Loures.  
2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Julho de 2000.

24 de Julho de 2000. — O Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

**Louvor n.º 506/2000.** — Ao cessar as suas funções como coordenadora do Centro de Área Educativa da Cidade de Lisboa da Direcção Regional de Educação de Lisboa, por ter sido nomeada adida para a educação da Delegação para a Cooperação da Missão de Portugal em Díli, cumpre realçar a forma empenhada, solidária e competente como a licenciada Maria José Simões Castelo Henriques Carriho desempenhou aquelas funções, sendo-lhe devido público louvor pelas notáveis qualidades pessoais e profissionais que demonstrou possuir no exercício do cargo.

30 de Junho de 2000. — O Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE****Gabinete da Ministra**

**Despacho n.º 17 379/2000 (2.ª série).** — Considerando que pelo Decreto-Lei n.º 106/2000, de 17 de Junho, foi aprovada a nova lei orgânica dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde, procurando-se, assim, com a criação de novas unidades orgânicas obter capacidade de resposta às crescentes exigências de rigor orçamental, modernização, eficiência e eficácia dos serviços;

Atendendo a que, de harmonia com o artigo 6.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 106/2000, de 17 de Junho, os vogais dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde são equiparados a director de serviços e a que, nos termos do estatuto do pessoal dirigente, nos casos de criação de serviços o primeiro provimento dos cargos em causa pode ser feito por escolha, em regime de comissão de serviço por um ano:

Ao abrigo do disposto nos artigos 4.º, n.º 9, e 18.º, n.º 6, alínea b), ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho n.º 1683/2000 (2.ª série), de 24 de Junho, nomeio, em comissão de serviço por um ano, para vogal do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde a licenciada Maria Isabel de Lacerda Matos, que possui a aptidão e o perfil adequados para o exercício daquele cargo.

Revogo o meu despacho n.º 14 269/2000 (2.ª série), de 13 de Julho. A presente nomeação produz efeitos a partir de 22 de Junho do corrente ano.

28 de Julho de 2000. — Pela Ministra da Saúde, *Arnaldo Jorge Assunção Silva*, Secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde.

**Despacho n.º 17 380/2000 (2.ª série).** — Considerando que pelo Decreto-Lei n.º 106/2000, de 17 de Junho, foi aprovada a nova lei orgânica dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde, procurando-se, assim, com a criação de novas unidades orgânicas obter capacidade de resposta às crescentes exigências de rigor orçamental, modernização, eficiência e eficácia dos serviços;

Atendendo a que, de harmonia com o artigo 6.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 106/2000, de 17 de Junho, os vogais dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde são equiparados a director de serviços e a que, nos termos do estatuto do pessoal dirigente, nos casos de criação de serviços o primeiro provimento dos cargos em causa pode ser feito por escolha, em regime de comissão de serviço por um ano:

Ao abrigo do disposto nos artigos 4.º, n.º 9, e 18.º, n.º 6, alínea b), ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho n.º 1683/2000 (2.ª série) de 24 de Junho, nomeio, em comissão de serviço por um ano, para vogal do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde a licenciada Maria Helena Brízida Abranches, que possui a aptidão e o perfil adequados para o exercício daquele cargo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Agosto do corrente ano.

28 de Julho de 2000. — Pela Ministra da Saúde, *Arnaldo Jorge Assunção Silva*, Secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde.

**Despacho n.º 17 381/2000 (2.ª série).** — O acesso e a utilização dos cuidados de saúde são um dos principais problemas com que se debate o nosso sistema de saúde. Garantir o acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde de qualidade com a necessária prontidão é objectivo amplamente debatido, mas que tem sido posto em causa por períodos de espera que, por vezes, ultrapassam o tempo clinicamente aceitável.

Importa, assim, a par de uma intervenção que promova o efectivo aproveitamento da capacidade instalada no sector público, estabelecer uma boa articulação entre os estabelecimentos hospitalares do serviço nacional de saúde (SNS) e as pessoas privadas, singulares ou colectivas, que permita garantir, pelo reforço da sua complementaridade num contexto de total transparência, uma maior acessibilidade aos cuidados de saúde.

As convenções, enquanto contratos de adesão, constituem um padrão normalizador do recurso a entidades externas ao SNS para a prestação de um conjunto de serviços. A revisão do seu clausulado tipo no âmbito da cirurgia e os ajustamentos nos preços a praticar visam, também na área cirúrgica, concretizar a função complementaridade com o SNS.

Assim, com o objectivo de assegurar uma maior acessibilidade, com base em informação permanentemente actualizada e salvaguardando a integral rentabilização da capacidade instalada nos estabelecimentos hospitalares oficiais, importa definir princípios, procedimentos e regras de acesso dos utentes do SNS ao sector convencionado.

Deste modo, determino:

1 — A Direcção-Geral de Saúde (DGS) manterá devidamente actualizada e divulgará pelas administrações regionais de saúde (ARS) e estabelecimentos hospitalares da rede oficial a relação das pessoas privadas, singulares ou colectivas, que sejam titulares de convenção para a prestação de cuidados de saúde no âmbito da cirurgia.

2 — Compete, ainda, à DGS estabelecer e divulgar os tempos de espera clinicamente aceitáveis para cada patologia.

3 — Os estabelecimentos hospitalares da rede oficial deverão manter permanentemente actualizados os ficheiros dos doentes em lista de espera para intervenção cirúrgica, destacando claramente todos os casos que tenham ultrapassado os tempos de espera clinicamente aceitáveis. A informação deverá ser enviada mensalmente às respectivas ARS, que, com base no sistema de informação já disponibilizado, lhe darão o necessário tratamento.

4 — A informação referida no ponto anterior será enviada pelas ARS, também com uma periodicidade mensal, à DGS e ao meu Gabinete.

5 — Dentro do princípio estabelecido no artigo 6.º da Lei n.º 27/99, de 3 de Maio, os doentes deverão ser prioritariamente encaminhados para os hospitais oficiais que tenham capacidade instalada disponível para resolver os casos clínicos em questão, competindo às respectivas agências de contratualização tomar as medidas necessárias ao cumprimento deste princípio.

6 — Em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada dos serviços hospitalares oficiais, as ARS, através das agências, acordarão com as entidades convencionadas os cuidados a prestar e as medidas organizacionais e de apoio necessárias para dar resposta às listas de espera.

7 — O disposto no número anterior não prejudica a liberdade de escolha do doente, que poderá preferir manter-se em lista de espera a ser deslocado para uma instituição que não o seu hospital oficial de referência.

8 — A informação clínica do doente, devidamente acondicionada de forma a garantir a sua total confidencialidade, será facultada pelos hospitais oficiais à ARS respectiva, que a remeterá à entidade seleccionada para realizar a intervenção cirúrgica, acompanhada de termo de responsabilidade, emitido pela agência.

9 — A informação clínica do doente deverá ser sempre acompanhada de declaração do director clínico e ou do conselho de administração do hospital oficial onde ele se encontrava a aguardar intervenção, confirmando a incapacidade de resposta deste para realização da intervenção dentro dos tempos clinicamente aceitáveis.

10 — Compete às ARS, através das agências, proceder a todas as diligências necessárias ao correcto desenvolvimento dos princípios enunciados e nomeadamente:

10.1 — Proceder ao contacto com os serviços de gestão de doentes dos hospitais oficiais.

10.2 — Seleccionar a unidade e o local de realização das intervenções, sempre que possível de acordo com a preferência eventualmente manifestada pelo doente.

10.3 — Garantir o transporte do doente, quando tal se justificar.

10.4 — Assegurar o envio da informação clínica de retorno ao hospital oficial de origem do doente.

11 — É da responsabilidade das ARS proceder à recepção, à conferência, à liquidação e ao pagamento das facturas emitidas pelos prestadores.

12 — Sempre que um estabelecimento hospitalar público não atinja a produção normal prevista em orçamento programa, as ARS debitarão a esse hospital a importância correspondente às intervenções cirúrgicas não efectuadas e que foram desviadas para o programa especial de acesso aos cuidados de saúde.

13 — A facturação resultante da prestação de cuidados de saúde a beneficiários de subsistemas ou de entidades legal ou contratualmente responsáveis pelo pagamento dos cuidados de saúde será sempre debitada pelas ARS ao hospital onde o doente estava inscrito a aguardar intervenção. Caberá a esse hospital debitar à respectiva entidade responsável o valor dessa facturação, de acordo com as regras em vigor no SNS.

14 — As ARS deverão apresentar à DGS e ao meu Gabinete:

14.1 — Um relatório mensal contendo o número de cirurgias efectuadas, respectivas patologias, entidades convencionadas que prestaram os cuidados e volume de facturação associado.

14.2 — Um relatório semestral sobre os resultados do acompanhamento e controlo das convenções, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 97/98, de 18 de Abril.

15 — Até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, serão fixados por despacho ministerial as nomenclaturas e o número de intervenções cirúrgicas a realizar pelo sector convencionado por cada região de saúde.

16 — Para o ano 2000 as patologias e o número de actos a praticar são os seguintes:

#### ARS Norte:

Procedimentos para hérnia — 75 doentes;

Laqueação venosa e flebo-extracção — 300 doentes;

Procedimentos no cristalino com ou sem vitrectomia — 100 doentes;

Miringotomia com colocação de tubo; procedimentos nos seios faciais e mastóide; procedimentos diversos nos ouvidos, nariz, boca e garganta; outros procedimentos no ouvido, boca, nariz e garganta no BO e rinoplastia — 375 doentes;

Prostatectomia — 25 doentes.

#### ARS Centro:

Procedimentos para hérnia — 75 doentes;

Laqueação venosa e flebo-extracção — 175 doentes;

Procedimentos no cristalino com ou sem vitrectomia — 250 doentes;

Prostatectomia — 50 doentes.

#### ARS Lisboa e Vale do Tejo:

Procedimentos para hérnia — 200 doentes;

Laqueação venosa e flebo-extracção — 500 doentes;

Procedimentos diversos nos ouvidos, nariz, boca e garganta; outros procedimentos no ouvido, boca, nariz e garganta no BO e rinoplastia — 25 doentes.

#### ARS Alentejo:

Procedimentos diversos nos ouvidos, nariz, boca e garganta; outros procedimentos no ouvido, boca, nariz e garganta no BO e rinoplastia — 25 doentes;

Prostatectomia — 25 doentes.

#### ARS Algarve:

Procedimentos no cristalino com ou sem vitrectomia — 100 doentes.

17 — É revogado o disposto no despacho n.º 16/86, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 26 de Maio de 1986, relativamente à prestação de cuidados de saúde que envolvam as cirurgias previstas nos n.ºs 15 e 16 do presente despacho.

31 de Julho de 2000. — A Ministra da Saúde, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*.

### Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

**Despacho n.º 17 382/2000 (2.ª série).** — Portugal dispõe, em praticamente todas as áreas médicas, de condições técnicas e profissionais que lhe permitem fornecer cuidados de saúde idênticos aos que podem ser encontrados em outros países. No entanto, surgem situações de assistência médica de grande especialização que, por falta de meios técnicos ou humanos, não pode ser prestada no nosso país.

A assistência médica no estrangeiro aos beneficiários do serviço nacional de saúde, prevista na Lei de Bases da Saúde e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 177/92, de 13 de Agosto, reveste, assim, carácter de excepção, obrigando a uma análise rigorosa das situações justificativas de tais deslocações.

Por despacho do Secretário de Estado da Saúde de 15 de Janeiro de 1993, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 2 de Fevereiro de 1993, foi institucionalizada a comissão de assessoria técnica, a quem, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 177/92, de 13 de Agosto, cabe a análise dos pedidos de deslocação.